

# Homens sem rosto

N. 25/1/92

por Luis José Loforte

Viver o país de fora, embora gratificante em muitos aspectos, tem na exígua informação sobre o seu quotidiano uma das suas mais conflagradoras limitantes. Em Portugal, por exemplo, os jornais moçambicanos conhecem caminhos sinuosos para chegarem ao leitor interessado. Para uma vasta comunidade de moçambicanos em Portugal, uma fonte de jornais consignada, apenas, à nossa embalagem, naquele país, sabe, naturalmente, a muito pouco. Outras fontes, porém, existem, como é o caso das charmosas Assistentes de Bordo das Linhas Aéreas de Moçambique, que, simpaticamente, quando as encontramos, e as conhecemos, lá nos vão deixando cair nas mãos um ou outro jornal indígena. Foi o que aconteceu, aliás, numa ocasião, quando um conjunto de jornais moçambicanos me chegou às mãos e à vista. Foram aqueles jornais que me falaram do virtuosismo de uma mulher que dá pelo nome de Esperança Sambo, no arrecadar da taça de bola ao cesto entre as mulheres do ventre africano. Foram eles, ainda, que me deleitaram a vista com a repetição da indumentária eleitoralista do Presidente moçambicano quando se desloca ao norte maioritariamente muçulmano. Foram eles, finalmente, que me falaram de uma Assembleia da República turbulenta, na sua última sessão, cujos deputados, que já muito pouco representam em termos de correntes de opinião, se aproveitaram de um lapso do discurso do responsável pelo pelouro das Finanças, para interpelar o governo pedindo que rolassem as cabeças da corrupção nas instituições.

O que não me ocorre, agora, é se terei experimentado, alguma vez, no decurso ou depois da leitura, a sensação de esperança em ver, nas edições seguintes, uma vez que se prometera uma explanação do panorama corruptivo, rolando as cabeças responsáveis pela delapidação dos recursos do Estado moçambicano. Seja como for, julgo que o ter experimentado ou não essa espécie de sensação não é assim tão importante como isso, mas talvez se apresente sempre profícuo que a sociedade não pare de discutir o problema, pois a democracia que se corporiza somente nas eleições ou nos períodos em que decorrem as sessões da Assembleia da República é uma democracia passiva. Quero, no entanto, manifestar a opinião de que os parlamentares que tiveram a coragem de instar as autoridades para denunciar, objectivamente, o crime organizado, pese embora o aplauso que merecem de todos nós, pecam sobremaneira porque não se predispõem a dimensionar o problema no quadro de uma postura política que caracteriza a governação em Moçambique. É que, uma vez assim encarado o problema, penso ser fácil compreender porque é que o parlamento, afinal também os congressos, as conferências, as campanhas e ofensivas de todos os adjectivos e predicados que passaram por nós, são uma redundância, uma repetição formal de rituais que a nada levam, senão à ilusão temporária de se ter posto... o «guizo ao gato», além de consumirem, sem trazer benefícios à sociedade, importantes recursos financeiros e materiais.

Penso, também, que a falta de poder real que caracteriza os nossos jovens ministros, minados à nascença pela ortodoxia agonizante, ou mesmo os jovens oficiais do exército moçambicano, que andam de «chapa-100» quando o seu predecessor possui uma frota no activo de viaturas do próprio exército, é o grande óbice para qualquer acção eficaz, acabando, muitos deles, por aí se acomodarem, e muitas vezes também acumularem o seu pecúlio, para não sair com fama e... sem proveito, justamente por terem, rapidamente, compreendido que existem

os «gabinetes-sombra», para onde se alocam, por exigência e chantagem, avultadas somas orçamentais, muitas vezes acima das que se disponibilizam para aqueles que devem trabalhar, combater ou mesmo impor a ordem e sossego sociais. A dificuldade começa aí e não no parlamento, na polícia, no exército ou mesmo na jurisprudência, como se tentá provar. A eficácia da justiça é também minada quando as altas magistraturas são também altas esferas político-partidárias que, certamente, na defesa das cores políticas, ou até de quem lhes deu a oportunidade de sair do afogo económico e financeiro, jamais efectuarão incursões por aqueles patamares, onde, como toda a gente sabe, reside o cerne de todo o problema. E o mais engraçado é que mesmo aqueles que perguntam pelos corruptos, em parlamento, conhecem-nos de certeza, e, no entanto, sofrem da mesma insuficiência dos que exigem que apresentem as listas do corropio, quando não estiveram, eles mesmos, no poder, em anos recentes. E não consta que tivessem tido tamanha coragem...

Temos que aceitar que a nossa história mostra sempre um crescimento progressivo de perguntas contra a estagnação das respostas. É uma história de labirintos complicados, em que todos prometem respostas e ninguém se dispõe a consubstanciá-las. Seja como for, e em última análise, Moçambique é a forma mais acabada de um país onde só perguntar é permitido, se permitido, e absolutamente vedado a respostas, tal como, afinal, nunca ninguém quis dar o roteiro da morte de figuras moçambicanas que marcaram a sua história, desde Mondlane, passando por Muthemba, Kankomba e Magaia, para não falar do ainda fresco e humilhante M'buzini, sem olvidar o sumiço de prisioneiros políticos como N'Khavandame, Simango ou Joana Simeão. É também na mesma esteira que se deve enquadrar as inacabadas respostas sobre os milhões da SOCIEF que sumiram, sobre a proveniência de milhões que edificam palacetes por todo o país e pelos mesmos, sobre empresas que vão à falência, com o Estado a reabilitá-las para, depois, ficarem... com os directores, e sem mecanismos legais para assim se proceder. É no mesmo quadro que devem ser entendidas as negociações nada ortodoxas ou até os casamentos e festins privados que consomem o erário público, quando há hospitais que não têm, sequer, uma aspirina ou até água potável para empurrar ou para disfarçar o amargo do quinino, ou até que decorrem a poucos metros de massacres horrendos. Temos que ter a coragem de aceitar que é questionando o poder e o seu próprio projecto político que poderemos ter ainda a esperança das respostas e não repetir, enganando-nos uns aos outros, o ritual de exigências ao próprio poder. Isso, no mínimo, é tentar reformulá-lo por dentro, quando já se provou que nenhum poder, na actual realidade e configuração políticas do nosso país, pode ser reformulado. Gorbachiov que o diga!

Mas a corrupção tem outras vertentes, que tentarei abordar no próximo espaço. Mas é preciso reter, desde já, que a dificuldade de mostrar a proveniência do crime representa a última fase de um poder sem soluções, que estrutura a justiça sem independência, de modo a amordaçá-la, a espalhá-la e sobretudo a vê-la trabalhando na base de que o crime organizado é praticado por ZORROS, por HOMENS SEM ROSTO.